

Vila Autódromo: Lutando por direitos, entre emoções e remoções, nasce um museu

Sandra Maria de Souza Teixeira

Co-fundadora do Museu das Remoções, graduanda em História pela Uerj, guia de turismo e atriz. Moradora da Vila Autódromo, participou da resistência contra as remoções e faz parte do grupo de vinte famílias que permaneceram no território.

"Acho que nossos escombros poderiam ser comparados à flor de lótus que, em meio à lama e lodo, surge com extrema beleza, delicadeza e singularidade"

(Sandra Maria)

Introdução

Em 2016 a cidade do Rio de Janeiro sediou os Jogos Olímpicos. Projetos de reformas urbanas e construções espetaculares assolaram a cidade e justificaram a remoção de centenas de pessoas, "cerca de 77.206 pessoas, entre 2009 e 2015, conforme dados apresentados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em julho de 2015" (DOSSIÊ, 2015, p.20). Até a realização dos Jogos Olímpicos, esse número aumentou. Pretendo dar visibilidade ao impacto da política de remoções na cidade do Rio de Janeiro, conflitos e contradições sociais desse processo e os efeitos na organização e desenvolvimento social para essa parcela da sociedade que vive com sua moradia ameaçada e seus direitos violados em nome de transformações urbanas que atendem aos interesses de uma elite dominante. Tem-se como referência a resistência histórica da Vila Autódromo pelo direito à cidade e à moradia digna e, nesse processo, a concepção e nascimento do Museu das Remoções, um museu nascido na luta, pela luta e para a luta dessa população, que há séculos disputa com a vida o direito de ser, estar e viver.

Na Vila Autódromo, centenas de famílias foram removidas no período de preparação dos Jogos Olímpicos. Somente vinte famílias conseguiram permanecer no território com seus direitos legitimados, como expressa o acordo extrajudicial firmado, de forma coletiva, no dia 13 de abril de 2016, entre os moradores e o Município do Rio de Janeiro. A história da Vila Autódromo, em sua luta por direitos, resistindo às remoções, coloca em evidência estratégias que vão se mostrando como parte de um esquema pensado para remover, dadas suas repetições históricas. Deixam evidentes que, ainda hoje, a cidade continua sendo transformada com o mesmo discurso de progresso, desenvolvimento e benefícios para a população utilizado nas primeiras reformas urbanas. Na prática, porém, é implementada uma política de higienização social que visa atender

aos interesses da especulação imobiliária.

A história da Vila Autódromo é mais um capítulo dessa longa história de construção e organização do urbano, que tem como objetivo atender aos interesses de um grupo restrito e reduzido da sociedade. Durante o período de remoção, ações de cunho criativo, cultural, artístico e pacífico eram realizadas como forma de resistência através da organização e colaboração de moradores e apoiadores. Nesse processo criativo de luta nasceu o Museu das Remoções, criado com dois ideais principais: preservar a memória e a história dessas pessoas removidas ou ameaçadas de remoção e servir como instrumento de luta, não apenas para a Vila Autódromo, mas por todos que passem pela ameaça de remoção, compreendendo que a preservação da memória é um poderoso instrumento na luta e resistência contra as remoções.

Destruindo vidas e transformando o espaço urbano

No processo histórico de resistência e luta das populações removidas e ameaçadas de remoção é fundamental compreender a história de formação urbana da cidade, perceber as desigualdades sociais e os discursos distorcidos da realidade que sustentam e onde são realizadas as reformas urbanas. A compreensão dessa história é fundamental para a preservação da memória dessa população que, ao longo do processo de construção e transformação da cidade, tem seus direitos básicos negados, violados, omitidos e deturpados.

Em 1500, quando os portugueses invadem as terras hoje chamadas de Brasil, vivia aqui uma imensa população: grupos sociais de culturas variadas que foram denominados como indígenas. Uma parcela incalculável dessa população foi dizimada pelos europeus, escravizada, alijada de grande parte de sua cultura, com muitos de seus saberes roubados. Nesse mesmo período o tráfico negreiro trouxe para o Brasil centenas de africanos escravizados. Essa população foi a principal mão de obra utilizada na extração desordenada de riquezas naturais da terra, no desenvolvimento agrário e na construção da cidade.

Após séculos de escravidão, resistência e luta, a liberdade tão sonhada é

conquistada. É assinada a Lei Aurea e centenas de pessoas, após séculos de escravidão, são despejadas nas ruas sem que a reforma agrária saísse do papel, sem qualquer tipo de reparação ou amparo social que lhes permitisse recomeçar suas vidas. Refugiam-se, ocupando as áreas desvalorizadas do Rio de Janeiro, em cortiços, quilombos, morros, grotas, pântanos...

Em 1897, chegam ao Centro do Rio de Janeiro os soldados de Canudos, reivindicando pagamentos e moradias prometidos. O governo, porém, não cumpre o acordo e deixa os soldados sem dinheiro e sem moradia. Após muitas confusões e protestos, ocupam o Morro da Providência. Surge nessa época o termo favela como denominação de locais de moradia popular, que não possuem saneamento básico. Essa denominação é feita pelos soldados de Canudos por associarem o morro da Providência ao morro da Favela em Canudos¹, na Bahia. Segundo Abreu e Vaz (1991, p.2), "o aparecimento da favela está intimamente ligado a todo um conjunto de transformações desencadeadas pela transição da economia brasileira de uma fase tipicamente mercantil-exportadora para uma fase capitalista-industrial."

A expansão das favelas acontece ao mesmo tempo em que a expansão da cidade e dos empregos gerados por ela. O transporte precário e a baixa remuneração são fatores que motivam os operários a residirem próximo ao local de trabalho. Porém, na medida em que os bairros nobres vão sendo estruturados e valorizados, a especulação imobiliária, através de políticas de remoção, expulsa um enorme número de moradores pobres das cidades para as periferias e para as favelas, sujeitando-os ao abandono do poder público em áreas com inundações, deslizamentos e a todo tipo de risco e doenças, devido à falta de saneamento. As políticas de privatização e acumulação de bens e serviços em poucas mãos desestabilizam socialmente e lançam milhões de pessoas na informalidade. O poder público empenha-se na realização de obras de embelezamento urbano em busca da valorização do território, visando atender aos interesses da especulação imobiliária.

¹ Favela é uma árvore típica da Caatinga. Espécie adaptada ao clima semiárido, possuindo muitos espinhos e um poderoso ácido que fazem sua defesa contra os predadores, causando queimaduras, irritações e febre. Os soldados associaram a árvore ácida da caatinga com as condições de vida dos morros cariocas, as habitações precárias e a ideia de lugar alto.

Promovem-se projetos com medidas remediadoras, ignorando as políticas de inclusão social.

A transformação espacial que ocorre nos processos de remoção, associada ao tempo e à valorização da história daqueles que detêm o poder econômico, vão resultar no apagamento da memória de parcelas da população. Através do estudo da história da formação urbana e das remoções ocorridas nesse processo é possível compreender a lógica utilizada na formação e construção da cidade até os dias de hoje.

O exemplo da praça XV é significativo. Nesse local não é possível encontrar nenhuma marca ou menção, atualmente, à presença constante dos escravos pegando água no Chafariz do Mestre Valentim, que lá ainda permanece apenas como mera extensão do Paço Imperial. Se, como pesquisas históricas vêm comprovando, o Rio de Janeiro foi uma cidade quase africana durante a primeira metade do século XIX, essa informação não ficou registrada nos bens que ali são identificados como patrimônio cultural brasileiro, nem na leitura que deles fazem os órgãos de preservação. Isso foi agravado pela falta de documentação sobre essa vertente da história do Brasil (FONSECA, 2009, p.60).

Segundo Abreu (1988, p. 35), a abolição da escravatura, o surgimento da indústria e o incremento do comércio e de serviços na área central da cidade solidificam as classes sociais dando início a uma luta pelo espaço, gerando conflitos que se refletem claramente no espaço urbano da cidade. A história da Vila Autódromo é mais um capítulo dessa longa história de construção e organização do urbano, que tem como objetivo atender aos interesses de um grupo restrito e reduzido da sociedade. Cidades inteiras construídas por essa mesma população, às quais o Estado e a elite dominante insistem em negar direitos e memória.

O MI [Museu Imperial] tem priorizado a construção de um mundo de espetáculo, cuja base é a imagem. No palco de que falamos, não há escravos ou problemas sociais. Brillham os reis, não os súditos.

Pedro II é o monarca, o dono da coroa, o centro da Corte. Sua estrada no palacete de verão, as longas caminhadas, a erudição extremada, a curiosidade pelo povo sobre o qual reinava perfazem seu perfil. A crueldade da escravidão, o ócio prolongado de um chefe de Estado, o diletantismo, enfim, atributos que permeiam alguns dos valores de nosso tempo parecem não ter ressonância ou não fazer parte da história recriada (SANTOS, 2009, p134).

Uma história de acolhimento e luta

A Vila Autódromo é uma comunidade situada em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro, às margens da Lagoa de Jacarepaguá, tendo sua formação no início da década de 1960 como uma colônia de pescadores, na época conhecida como Ilha dos Pescadores. Durante os anos da década de 1970 o crescimento da comunidade é acelerado por conta das obras do Autódromo e do Riocentro, que atraem operários de locais distantes para trabalhar nas obras. Muitos desses operários são acolhidos pela comunidade, pois na época a região não possuía uma infraestrutura em comércio e transportes, sendo o acesso ao local bem difícil.

A construção do Autódromo de Jacarepaguá, ao lado da comunidade, influenciou na identidade dessa população, sua constituição enquanto grupo social, antes uma colônia de pescadores, conhecida como Ilha dos Pescadores, agora uma comunidade composta por pescadores e operários, denominada por Vila Autódromo. O desenvolvimento urbano da região gera valorização e especulação imobiliárias. Na Barra da Tijuca são construídos shopping centers, casas noturnas, grandes vias e condomínios de luxo. Esse desenvolvimento desencadeia a remoção de várias comunidades na região. Muitas dessas famílias removidas são acolhidas na Vila Autódromo.

No final da década de 1980 a comunidade acolhe mais famílias removidas da Comunidade Cardoso Fontes e, em 1994, outras 60 famílias. Porém, esses assentamentos são feitos pelo próprio Governo do Estado do Rio de Janeiro. (MUNCH, 2017, p. 22).

Contraditoriamente, esse Estado que reassenta cerca de cem famílias no local também ameaça a comunidade de remoção nesse mesmo período, motivado pela especulação imobiliária com o desenvolvimento e expansão da Barra da Tijuca. Por toda essa situação, e por conta da própria necessidade de organização interna da comunidade, em 1987 é fundada a Associação de Moradores Pescadores e Amigos da Vila Autódromo

–
AMPAVA. Um momento fundamental na história dessa comunidade na luta pela regularização fundiária². Através da Associação, foram feitos ofícios requerendo à Light (companhia responsável pela distribuição de energia elétrica) redes de energia elétrica e à CEDAE (Companhia Estadual de Água e Esgoto) o fornecimento de água e redes de esgoto. Após alguns anos, a Light construiu a rede e estabeleceu o fornecimento de energia elétrica das casas e ruas. A CEDAE, por sua vez, nunca atendeu aos pedidos. Através de mutirões, no entanto, foram feitas as redes de abastecimento de água e o sistema de esgoto, optando-se por sumidouro nos quintais das casas. Anos mais tarde a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz desenvolveu o projeto experimental de fossa verde, no qual a água era tratada, podendo ser reutilizada ou devolvida ao ambiente. O projeto foi aprovado, porém destruído pela Prefeitura no período da remoção.

Nos anos seguintes, na década de 1990, dando continuidade à sua autoconstrução, organizaram-se as ruas, todas cadastradas com CEP; a sede da associação de moradores; o parquinho das crianças; a quadra, onde festas comunitárias e campeonatos de futebol masculino e feminino eram realizados; a mesa de ping pong, onde a garotada se reunia e também se realizavam campeonatos; o ponto de ônibus na avenida Salvador Allende, em frente à comunidade, com bancos de concreto, piso e telhado, muito melhor que os pontos de ônibus colocados pela Prefeitura na região, nunca colocados nesse local; e a ponte sobre o rio, utilizada pela comunidade para acessar a avenida Salvador Allende.

² Regularização fundiária é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social.

Embora a autoconstrução das casas e do próprio bairro sejam práticas impulsionadas por uma inércia/negligência estatal, é justamente essa condição, ou seja, o fato de terem se constituído às margens do Estado e de suas normas, que confere a essas experiências um potencial para o que James Holston (2013) chama de "cidadania insurgente". (MÜNCH, 2017 p.26).

Esses assentamentos de populações removidas, feitos pelo poder público, afirma o direito dessa comunidade de estar nesse território. Porém, quando esse mesmo Estado tenta remover essas pessoas, afirmando serem invasoras e não terem direito de habitar o local, torna evidente uma grande contradição e falta de planejamento na política urbana. Demonstra um Estado para o qual a vida e a história das populações pobres não têm valor nem merece qualquer respeito. São a força de trabalho que sustenta e constrói as cidades e, após a construção e valorização desses territórios, são expulsos, levados para outra área abandonada. Desta forma, constroem a cidade sem ter direito a ela. Demonstra um Estado para o qual, ainda nos dias de hoje, essas pessoas continuam sendo tratadas como mercadorias.

Nesse processo de construção e disputa pelo direito à cidade, sendo utilizada para assentamentos e ameaçada de remoção, com processos judiciais e abandono por parte do poder público, a Vila Autódromo segue se organizando, se auto construindo e se legitimando. Conquista dois títulos de Concessão de Uso, reconhecidos pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ: um, concedido pelo Governo do Estado; o outro, pela Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro, que garantem o direito ao uso das terras por noventa e nove anos, prorrogáveis por mais noventa e nove anos.

Em 1996 o Rio de Janeiro vive um período de chuvas intensas com muitas áreas alagadas, a cidade fica um caos e a Vila Autódromo, apesar de não registrar qualquer perda total de casa, ou vítimas, é ameaçada de remoção com o argumento de ser uma área de risco. Havia também um processo judicial com acusação de dano "estético" e ambiental, embora o local se mantivesse arborizado, com ampla variedade de árvores

frutíferas e nativas, plantadas nas ruas e nos quintais. Na ocasião, foi promovido pela Associação de Moradores um concurso de frases sobre Preservação Ambiental, visando ampliar a conscientização sobre o tema. Em parceria com a Fiocruz, moradores produzem uma horta comunitária.

A especulação imobiliária na região acelerava seu ritmo a cada dia. E para justificar a retirada da população pobre eram utilizados os mais variados motivos, tudo o que ocorresse na cidade era um pretexto para essa remoção. A confirmação do Rio de Janeiro como sede dos XV Jogos Pan-Americanos, em 2002, trouxe como justificativa para a remoção da Vila Autódromo a construção da Vila Olímpica. A Vila, resistente, na sua luta por direitos, consegue, em 12 de janeiro de 2005, que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprove a Lei Complementar nº 74/2005, que estabelece quase toda a área da comunidade como Área de Especial Interesse Social (AEIS), destinada à moradia popular. E em 2009, quando o Rio de Janeiro é escolhido para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, o argumento é a preparação da cidade para os Jogos. A construção do Parque Olímpico seria o tal do legado.

Com o anúncio, em 2009, da realização das Olimpíadas 2016 no Rio de Janeiro, o novo prefeito Eduardo Paes (2009-2016) afirmou a necessidade de remoção de mais de 3.500 famílias em seis assentamentos populares das Zonas Oeste e Norte da cidade, entre eles a Vila Autódromo. O argumento, contido no "Plano de Legado Urbano e Ambiental" para os jogos, era a destinação da área da Vila para a ampliação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende. (TANAKA et al., 2018, p. 51)

O prefeito do Rio de Janeiro, em reunião com representantes da Associação dos Moradores e de uma Comissão de Moradores, afirma ser necessário remover a comunidade e não ser possível urbanizá-la. A moradora Inalva Mendes Brito, na reunião do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, de outubro de 2011, expõe a necessidade de um plano alternativo de urbanização para a comunidade:

Na reunião estava presente o Prof. Carlos Vainer, coordenador do

Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza - ETTERN IPPUR UFRJ, integrante do Comitê, que se comprometeu a constituir uma equipe técnica para dar apoio à comunidade na elaboração de seu plano. A primeira visita da "equipe do Plano Popular" - como viria a ser designada pelos moradores depois - à Vila Autódromo para dar início aos trabalhos aconteceu em 05 de novembro de 2011. (TANAKA et al., 2018, p. 59).

Foi elaborado em reuniões com a comunidade, nas quais moradores participavam ativamente, junto com técnicos, professores, pesquisadores e estudantes universitários, com um planejamento urbano coletivo e democrático e uma metodologia fundamentada no saber popular, tendo como lema "**Lutar para Planejar e Planejar para Lutar**". No dia 18 de dezembro de 2011 foi aprovada, em assembleia de moradores, aquela que seria a primeira versão do Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo, ganhador do prêmio de Urbanismo do Deutsche Bank Urban Age Award, em 2013, após concorrer com outros 170 projetos. No decorrer da luta contra as remoções, durante o período de remoção, esse projeto foi sendo atualizado de acordo com as transformações espaciais, chegando à sua sexta versão em 2016, transformando-se em poderoso instrumento de luta contra a remoção.

O Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), por sua vez, é o resultado e a expressão da resistência e da defesa dos moradores em sua luta pela permanência na área. Contém ações voltadas para o desenvolvimento social, cultural, econômico e urbano abrangendo melhorias urbanísticas dos espaços públicos e do saneamento ambiental, todas elas pensadas, discutidas e decididas pelo conjunto dos moradores com o apoio técnico das universidades públicas. Reafirma o direito da população à área atualmente ocupada, reunindo propostas técnicas que comprovam tal possibilidade como também a da melhoria das condições habitacionais e ambientais lá existentes. Nele, todas as

ações surgiram a partir das demandas manifestadas pelos moradores e de sua visão sobre seu local de moradia. (VAINER et al., 2018, p.112).

Apesar do reconhecimento internacional do Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo, a Prefeitura o ignorou completamente, prosseguindo com seu projeto de remoção e reconstrução da cidade voltada para o capital privado e a especulação imobiliária. Projeto no qual o Estado utilizou todo seu aparato de força para intimidar e obrigar os moradores a desistirem de lutar.

Para a construção da infraestrutura e parte das instalações, a prefeitura realizou uma concessão administrativa na modalidade Parceria Público-Privada, com prazo de vigência de 15 anos. A única proposta apresentada, portanto vencedora, foi a do Consórcio Rio Mais, composto pelas construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken. A Carvalho Hosken é também a principal proprietária de terras do entorno do Parque Olímpico (com histórico de grilagem), portanto, principal beneficiária da valorização imobiliária gerada pelas obras. O consórcio é responsável por implantar toda a infraestrutura do Parque Olímpico e manter a área por 15 anos; além de construir os três pavilhões que farão parte do futuro Centro Olímpico de Treinamento (COT), o Centro Internacional de Transmissão (IBC), o Centro de Mídia Imprensa (MPC), um hotel e a infraestrutura da Vila dos Atletas (que também está sendo erguida na Barra da Tijuca). (DOSSIÊ, 2015, p.73.).

Não havendo acordo nas reuniões com a Associação e a Comissão de Moradores, a Prefeitura inicia um processo de negociação individual com os moradores, através de funcionários que passavam na casa dos moradores, marcando parede com a sigla SMH e um número, com falas intimidadoras que incutiam medo aos moradores. Uma série de ações coercitivas é realizada pressionando psicologicamente e fisicamente a comunidade.

Medidas que impactavam o cotidiano, a saúde e a vida das pessoas. Violações de direitos civis e humanos eram realizadas todos os dias. A Prefeitura suspende a prestação de serviços básicos à comunidade, como coleta de lixo e entrega de correspondência. Retira a iluminação pública das principais ruas, edita um decreto desapropriando dezenas de famílias, incluindo as principais lideranças da época. As medidas continuam pressionando a comunidade com choques de ordem nos quais todos os comércios foram fechados, casas derrubadas com tudo dentro, outras isoladas dentro do Parque Olímpico ainda em construção, ficando isoladas da comunidade.

Os escombros das casas derrubadas ficavam abandonados no local, com pontas de ferro e pedaços de laje pendurados. As crianças passaram a brincar em meio aos escombros, colocando suas vidas em risco, o que era um tormento para suas famílias. Casas que não podiam ser derrubadas, por estarem coladas a outras que não tinham sido negociadas, eram "descaracterizadas", esburacadas e abandonadas, tornando-se uma preocupação a mais para a comunidade. Parecia um cenário de pós-guerra.

As demolições não cumpriam nenhuma norma de segurança básica, como ter a presença de um responsável técnico. Apenas a máquina e seu operador chegavam e quebravam. Não se isolava uma área de segurança, não se colocava nenhuma proteção para a casa ao lado, caíam pedaços de concreto quebrando o telhado da casa vizinha, pondo em risco a segurança das pessoas. Não eram interrompidos os fornecimentos de luz e água, os fios energizados ficavam pendurados e os canos quebrados, deixando a comunidade sem água. Sem ter a presença de um carro pipa molhando a construção no momento da demolição, a poeira que se espalhava era enlouquecedora, deixava a comunidade esbranquiçada, as casas sujas, empoeiradas e as pessoas afetadas com problemas respiratórios.

No dia 3 de junho de 2015 a violência cometida pelo poder público deixa marcas nos moradores da Vila Autódromo, marcas psicológicas e físicas, sendo a comunidade espancada pela tropa de choque da guarda municipal, fato que deixou Maria da Penha Macena com o nariz quebrado e um senhor de 73 anos de idade com a cabeça aberta. Nesse dia, chegaram cedo, antes das 7h, com uma ordem judicial que determinava a

derrubada de três casas que estavam no decreto de desapropriação assinado pelo prefeito. Segundo a oficial de justiça, presente no local, os pertences das famílias seriam levados para o depósito público e as famílias teriam que requerer no processo a indenização, de valor extremamente baixo e sem prazo para recebê-lo. A comunidade, sensibilizada com essa situação, argumentou durante toda a manhã, com um cordão de isolamento humano em torno da casa que seria a primeira a ser derrubada, na qual morava um casal, com duas crianças (de dois e de quatro anos) e um idoso de 73 anos de idade. Por volta das 12h a oficial de justiça autoriza o uso da força para o cumprimento da ordem judicial e a guarda municipal espanca violentamente os moradores com cacetadas, disparos de *spray* de pimenta e bombas de gás. Uma violência que marcaria profundamente a história e a memória da comunidade.

Cada uma dessas ações fazia um grupo de famílias desistirem e negociar, removendo centenas de famílias, em um processo violento, injusto e desigual, no qual o Estado utilizou todo seu aparato de força para intimidar e obrigar os moradores a desistirem de lutar. Todos esses fatores, associados ao suborno do qual se valia o investimento bilionário do capital privado e apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida que eram entregues sem qualquer documentação, apenas a chave e a promessa de documentação depois, à medida em que as Olimpíadas se aproximavam. Todo esse contexto e tantos detalhes a mais, que neste momento não me ocorrem, removeram centenas de famílias da Vila Autódromo.

As casas sendo derrubadas, as árvores cortadas, animais domésticos abandonados, famílias se desfazendo, pescadores levados para apartamentos e se tornando alcoólatras, entrando em depressão, alguns enfartando. Muitos idosos ficaram sozinhos em um apartamento, desprovidos da estrutura social do amparo que tinham no ambiente comunitário antigo. Era a comunidade sendo destruída, vidas desestruturadas e pessoas morrendo literalmente.

No encontro da luta com a arte, nasce um museu

A resistência a tudo isso era feita de forma criativa e afetiva. Com ações culturais

e educativas, permeadas por afeto e partilha. Protestos que fechavam a avenida Abelardo Bueno com faixas e cartazes, mas também com uma enorme mesa de café da manhã, compartilhado por todos e oferecido aos motoristas parados, tendo, nessas abordagens, a possibilidade do diálogo, dando visibilidade ao que ocorria no local. Nessas ações eram produzidas inscrições nas paredes, faixas, camisetas e grafites, espalhados pela comunidade, denunciavam visualmente as violações de direitos e injustiças. Essas ações eram organizadas de forma coletiva, com uma agenda intensa de eventos denominada "Ocupa Vila Autódromo", um movimento que visava manter a Vila ocupada e pulsante. Onde a vida estava sendo retirada, era preciso ter ações criativas que inspirassem a vida, a criatividade, a arte, a alegria, a esperança. Essas ações atraíam o máximo de pessoas e fortaleciam os laços afetivos, o pertencimento e a identidade, dando visibilidade para o que ocorria enquanto a cidade se transformava. O efeito no emocional dos moradores era fortalecedor, mantinha acesa a chama da esperança, da vida, da alegria, da felicidade. Uma explosão de emoções. Apesar de toda a destruição, a Vila celebrava a vida através da arte, da alegria, com eventos festivos, com música, teatro, grupos de palhaços, poesia, oficinas de perna de pau, de fotografia, produção de vídeos, produção de instrumentos musicais, exposições, produção de grafites nas paredes, capoeira, exibição de filmes, fanfarras com pernas de pau, festivais culturais reunindo tudo isso. Tudo passou a ser comemorado coletivamente, aniversário, Natal, Ano Novo... fortalecendo os laços afetivos, a união e a esperança.

Nesse ambiente de luta criativa nasce o desejo de preservar a memória dessa história de luta e coragem do povo brasileiro, que há séculos tem sua vida e história tratadas como algo sem valor, sem respeito, sem direitos, sem memória. Dessa população a qual negam o direito de habitar o local por ela construído, sendo sua força de trabalho o elemento principal na construção destas cidades e tratados como mercadoria.

A resistência era composta por moradores e apoiadores, vinham pessoas de locais muito distantes para ajudar na luta pelo direito à cidade. Pessoas que compreendiam a importância dessa comunidade ter seus direitos respeitados, direitos estabelecidos em legislação, como a Constituição Federal de 1988, que estabelece a moradia como direito

social fundamental, ou a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal que determinam a utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para a habitação de interesse social. Direitos ignorados por esse mesmo poder público em sua obstinação em atender aos interesses do capital privado, tendo a conivência do Judiciário em muitos momentos, com mandatos de demolição assinados às 23h, em horário de plantão, para serem cumpridos às 7h da manhã, não dando possibilidade de defesa ao morador. Sozinhos, essa luta não seria possível, apenas com o apoio dessas pessoas, formando uma rede de solidariedade, foi possível a vitória.

Nesse processo de tensão e criação, Tainã de Medeiros, museólogo e apoiador da luta, apresenta a ideia da criação de um museu como ferramenta de luta e, também, pela importância de preservação da memória. Apresenta aos moradores a possibilidade de trabalhar com uma visão de museologia diferente da tradicional, voltada para a memória daquelas pessoas que sempre tiveram suas histórias contadas ou apagadas por outros. A museologia social, produzida a partir da iniciativa popular, coloca em questão a narrativa e potencializa a memória do oprimido, possibilitando sua atuação como agente na preservação da história e da memória.

Tainã Medeiros fez os moradores pensarem em museologia social, na importância dessa voz, dessa memória, que, muitas vezes, se opõe à história oficial e no quanto ter o Museu das Remoções seria importante para garantir a preservação dessa memória. O momento, porém, era tenso e dinâmico, com demandas diárias intensas e necessárias para permanecerem vivendo naquele local.

A ideia do "Museu das Remoções" se manteve, reverberando entre moradores e apoiadores. E seu eco começou a ser ouvido por outras pessoas, como o professor Mario de Souza Chagas, que muito contribuiu nessa construção de saber, desse olhar museal que se desenvolvia naquele grupo de pessoas que, através da luta, resistindo à remoção, ampliavam as fronteiras da consciência e percebiam as sutilezas presentes na valorização de imagens, monumentos, locais. Objetos que dão sentido à cidade e seus processos de construção no imaginário popular.

A história da imaginária urbana permite evidenciar aspectos da

cidade no mundo contemporâneo. Frequentemente, a produção de um objeto urbano acompanha um rearranjo do cenário da cidade. Ao longo da história, diferentes grupos sociais, em diferentes circunstâncias, puderam intervir no ambiente urbano mediante a colocação ou atribuição de caráter histórico e artístico a uma peça urbana. Além disso, a partir dessa intervenção, os cidadãos ressignificam os diversos territórios do seu cotidiano e constroem a sua identidade com a cidade. Diferentes emblemas são assim erguidos, conferindo sentido à cidade. Desse modo, ao mesmo tempo que a imaginária organiza e caracteriza os diversos espaços urbanos, a cidade é demarcada simbolicamente. Imagens definidas como suportes da significação da urbanidade. (KNAUS, 1999, p.7).

Nos “ocupas” havia também atividades educativas, como aulas abertas, lançamentos de livros, visitas guiadas. Teve o Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura – ENEA 2015, que realizou dois dias de atividades na Vila, um evento que trouxe muitos estudantes e professores, dentre estes, Diana Bogado, professora de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera, unidade Niterói. Na época, realizando sua pesquisa de doutorado em Arquitetura e Urbanismo sobre os impactos dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, tendo assumido a coordenação de um Projeto de Extensão à Comunidade – PEC, propõe uma intervenção participativa com vistas à requalificação de algum espaço da Vila. E o espaço escolhido pelos moradores foi o parquinho das crianças.

Nessa época a comunidade estava bem destruída, os terrenos com escombros separavam as casas que ainda se mantinham e as ruas esburacadas pela passagem constante de máquinas pesadas, como caminhões e retroescavadeiras. O ambiente era empoeirado por conta das demolições diárias. Nesse cenário de destruição, a área de lazer das crianças sendo restaurada restaurava as energias da comunidade, confortando as famílias que viam suas crianças brincando nos brinquedos novamente e não em meio a

escombros. Nesse local eventos importantes foram realizados no período da remoção, como a apresentação da sexta versão do Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo³; o lançamento do livro “A Guerra dos Lugares”, da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik; o debate com o geógrafo David Harvey; churrascos comunitários em dia de campeonatos de futebol; ping pong, aulas abertas, confraternização de moradores e apoiadores nos fins de semana, e tantos outros.

No semestre seguinte, Diana Bogado propõe aos moradores trazer outra turma com o propósito de requalificar outro espaço, considerando-se o ótimo resultado da requalificação do parquinho, tanto para o fortalecimento da comunidade, como na formação acadêmica de seus alunos. A comunidade reage com entusiasmo diante da proposta e escolhe o espaço onde haviam realizado o primeiro Festival Cultural Ocupa Vila Autódromo, no qual pretendiam realizar o segundo, motivados pelo sucesso do primeiro e o incrível efeito de fortalecimento que esses eventos geravam para a comunidade.

No local onde foram realizados esses festivais, antes da remoção, funcionava uma igreja protestante. Quando esta foi removida, ao ser derrubada, deixaram de pé um grande palco de concreto ao fundo do terreno e um piso de cerâmica. Esta foi a grande motivação para a organização do primeiro festival. Porém, após a sua realização, a Prefeitura volta ao local e quebra o palco deixando apenas os escombros, numa clara ação repressiva à manifestação artística e de alegria da comunidade que, nessa época, tinha na alegria, nas festas e manifestações artísticas, uma potente ferramenta de luta e elemento fortalecedor. Por isso, a cada ação repressiva ou violenta da Prefeitura na comunidade, era pensada uma contra-ação criativa. O palco foi destruído, mas o piso ainda permanecia. Então os moradores removeram os escombros do palco quebrado, limparam o piso e passaram a realizar ali confraternizações e a idealizar um segundo festival para comemorar “o piso”

³ Na medida em que a remoção avançava e descaracterizava o território da Vila Autódromo, o prefeito alegava não ser mais possível realizar o plano popular, uma vez que o local estava modificado. A equipe técnica adaptava o Plano à nova realidade e, desta forma, chegou-se à sua sexta versão em 2016. Foi ignorado pela Prefeitura, mas foi uma das principais ferramentas de luta contra as remoções.

que permaneceu e, desta forma, através da manifestação artística, se opor à violência do Estado.

Diana e seus alunos requalificaram mais um espaço da comunidade. Um espaço que nascia a partir dos escombros e da união. Um espaço de resistência e esperança, no qual o segundo Festival Cultural Ocupa Vila Autódromo é realizado, com o mesmo efeito positivo do primeiro. Além dos festivais, nesse espaço foram realizados eventos que marcam a história de resistência da Vila Autódromo, como a festa de quinze anos de uma moradora, as festas de Natal e de Ano Novo (que, nessa época, eram comemoradas pelos moradores de forma coletiva), aproximando e fortalecendo os laços de afeto e união da comunidade.

A Vila estava sendo despedaçada intensamente, restavam poucas casas e nenhum comércio. Já havia sido removida a Associação de Moradores e o parquinho das crianças estava ocupado pela guarda municipal que, apesar dos protestos, se instalara no local, afrontando as pessoas com churrascos e levando o espaço ao desuso das crianças, constrangidas pela presença da guarda municipal que, ao contrário do esperado, não inspirava segurança, devido ao fato das ações de violações de direitos e violências cometidas pelo Estado, na Vila Autódromo, serem realizadas com o uso e presença da guarda municipal, sendo impossível aos moradores, mesmo as crianças, sentirem-se à vontade com a presença desses agentes.

Com um cenário de pós-guerra e uma produção artística, cultural e educativa cada vez mais intensa, a ideia de construção do museu vai sendo fortalecida. Durante a preparação do segundo Festival Cultural é feita a primeira reunião de pessoas interessadas em participar dessa construção. Forma-se um grande grupo de moradores e apoiadores. A partir desse dia, outras reuniões foram feitas, nas quais foi se definindo a identidade do Museu das Remoções. Em uma segunda etapa da construção, foram feitas oficinas de resgate de memórias, orientadas pela professora Diana Bogado, com a participação de seus alunos, moradores, ex-moradores e apoiadores, nas quais foram produzidos registros orais, fotográficos, audiovisuais, gráficos e um mapa da comunidade feito pelos alunos, com alguns locais demarcados, nos quais foram feitos o registro de memórias relatadas

por moradores e ex-moradores. Todos esses elementos produzidos tornaram-se acervo do Museu das Remoções.

Nessas oficinas ocorrem ações que se tornariam históricas, como o nascimento da frase de Diana Bogado, utilizada como uma espécie de lema do Museu das Remoções: "Memória não se Remove". O dia 18 de maio, Dia Internacional dos Museus, é escolhido para ser o dia da inauguração. Sob orientação do professor Mario Chagas é feito um recolhimento de algumas peças dos escombros para serem preservadas como um acervo do Museu das Remoções. Caso resolvessem retirar os escombros ainda haveria elementos desse período. Essas peças, um ano após a inauguração do museu, foram incorporadas ao acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, representando mais uma conquista territorial a partir da luta da Vila Autódromo que, ao lutar por um território, conquistou tantos outros.

As peças que compõem o acervo do Museu Histórico Nacional são peças que foram recolhidas dos escombros abandonados das casas de ex-moradores. Entre essas peças, tem uma que não identificamos o nome do morador da casa a qual pertencia. Essa peça, entretanto, torna-se talvez a mais importante de todas, uma vez que, não sendo identificada, representa a maioria desta população removida e talvez a mais sofrida, pois além de removida, no processo histórico tem sua identidade perdida, esquecida. Não tendo sequer o registro de sua memória. (TEIXEIRA, 2017).

Assim, no dia 18 de maio de 2016 é inaugurado o Museu das Remoções. Com uma linda festa, em um dia chuvoso, no qual moradores, ex-moradores, apoiadores e imprensa independente conheceram, debaixo de chuva, com música, perna de pau, poesia e muita alegria, as sete esculturas elaboradas pelos estudantes de arquitetura, orientados por Diana Bogado. Esculturas artísticas com elementos coletados dos escombros, que representavam lugares e personagens da comunidade. Criaram um percurso com essas esculturas. A maioria desses espaços e personagens não se encontrava mais na

comunidade. Durante o período de remoção, essas esculturas também foram removidas. Algumas permaneceram por mais tempo, por terem tido os moradores a possibilidade de trocá-las de lugar antes da desconfiguração do local no qual estavam expostas. Outras, porém, foram destruídas pelos tratores da Prefeitura, que derrubavam as casas, arrancavam as árvores, faziam imensos buracos, cobriam ruas e modificavam completamente o local e a vida daquelas pessoas para sempre.

As sete esculturas foram denominadas como: "**Vila de Todos os Santos**", em homenagem à casa da dona Heloísa Helena Berto, na qual funcionava um centro espírita de Candomblé; "**Penha de muitas faces**", em homenagem à casa da dona Maria da Penha Macena que, na fase final, tornou-se uma liderança histórica na luta contra as remoções da Vila Autódromo; "**Suporte dos males**", em homenagem à dona Jane Nascimento, pelo seu protagonismo na luta contra as remoções da Vila Autódromo e outras comunidades do Rio de Janeiro, nos últimos anos; a "**Luz que não se apaga**", homenageando a capela São José Operário e a permanência dessa edificação, conquistada na luta, mantendo a construção original e também pelo que representou, por ter cumprido seu papel social que vai muito além do religioso, abrigando pessoas e objetos de espaços removidos, como a Associação de Moradores e casas de moradores; "**Doce infância**", em homenagem ao parquinho; "**Espaço Ocupa e Casa da Dona Conceição**", homenageando o local onde foram realizados os dois festivais culturais "Ocupa Vila Autódromo" e a casa de Conceição Queiroz, que ficava ao lado do espaço, que acolhia as pessoas em sua casa durante os eventos, também vendendo comidas e bebidas; "**A Associação sou eu**", em homenagem à Associação dos Moradores da Vila Autódromo e à ação dos moradores quando esta foi derrubada, que se auto declararam como sendo eles a associação e inscreveram em praticamente todas as casas que ainda havia na comunidade: "A Associação sou eu".

Conclusão

Vinte famílias conseguem resistir e permanecer no território da Vila Autódromo. A história de resistência dessa comunidade torna-se uma referência na luta contra as

remoções e essas vinte famílias representam um número incalculável de pessoas removidas no Brasil e no mundo. Isso, porém, não anula o fato de centenas de famílias terem sido removidas pela realização de um projeto urbano segregador, financiado pelo investimento bilionário da especulação imobiliária, que teve como argumento a preparação da cidade para sediar os Jogos Olímpicos, um evento que, por todas as cidades por onde ocorre, gera a remoção das populações pobres no seu entorno, realizando uma higienização socioespacial e a privatização de imensas terras públicas, atendendo aos interesses dos grandes investidores financeiros.

Apesar dos diversos reveses enfrentados, a Vila Autódromo protagonizou uma luta heroica e pode-se mesmo dizer que se transformou em símbolo da resistência a um projeto olímpico segregador, que promoveu a limpeza sócio étnica de extensas áreas da cidade. Teimosa, a Vila Autódromo e seus moradores constituíram, pelo simples ato de recusa, um exemplo emblemático das lutas contemporâneas pelo direito à moradia e à cidade, expondo o caráter perverso e violento de um tipo de planejamento e de cidade que assume de forma clara e contundente seu viés seletivo e excludente. (VAINER et al., 2018, p.104).

A vitória da Vila Autódromo representa uma esperança, reafirma que é possível resistir e frear esta política remocionista. Na construção de estratégias dessa luta, os elementos principais foram o afeto, a solidariedade, a compaixão e a ousadia. A união desses elementos transforma um território em disputa em palco e laboratório cultural, educativo e artístico, onde o ator é autor e plateia, porque a arte e a criatividade passaram a ser elementos fundamentais de sobrevivência cotidiana. Das ações realizadas como estratégias de luta, consolida-se uma ferramenta, com a qual a comunidade compreende ser elemento fundamental na legitimação de seus direitos: "Museu das Remoções"! Um museu a céu aberto, no qual tudo que compõe o território da Vila Autódromo faz parte de seu acervo, todos os elementos presentes representam uma parte dessa história, são

dispositivos de memória potentes que ajudam a compreender o que ocorreu nesse local, como era a vida e como foi sua transformação. Estas questões ficam muito evidentes em momentos como, no dia 18 de maio de 2017, um ano após a inauguração do Museu das Remoções, quando o Museu Histórico Nacional recebeu, para ser incorporado ao seu acervo de História Contemporânea, na ala de exposição permanente, alguns elementos de seus escombros, entre os quais havia uma bomba de água, conhecida na comunidade como bomba sapo, utilizada pelos moradores para retirar a água das fossas, que eram sumidouros e assim facilitava a limpeza, necessária periodicamente. Essa bomba recolhida no quintal de uma das casas demonstra a estrutura sanitária, hábitos e necessidades cotidianas das pessoas que habitavam o espaço. E no ano seguinte, em 23 de setembro de 2018, na inauguração do Percurso Expositivo, no qual foram demarcados com placas alguns pontos de memória. Dentre estes, alguns foram escolhidos por ainda preservarem elementos das construções removidas. Os ex-moradores presentes nesse dia ao reconhecerem esses elementos, de ruínas sobradas de suas casas, quintais e ruas, emocionavam-se, revelando memórias acionadas a partir desses dispositivos.

Em sua proposta de ser ferramenta de luta, o Museu das Remoções construiu ferramentas como um site, páginas em redes sociais e um plano museológico. Realiza ações culturais, educativas e artísticas. Participa de ações, atos e redes de organização e mobilização na luta contra as remoções, no Brasil e no mundo. Trocando experiências, apoiando e fortalecendo a construção de outros Museus Sociais, para que as memórias e a história daqueles que, poucas vezes, conseguem ter suas vozes ouvidas na museologia oficial e tradicional, possam ecoar, reverberando na sociedade a história e a memória desta luta por direitos.

Bibliografia

ABREU, M. A. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução in **Revista Rio de Janeiro**, n. 200, abril 1986.

_____. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870 - 1930) In **Revista Espaço e Debates**, n. 21, 1987 b, p.12-38.

_____. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1988.

_____. Pensando a cidade no Brasil do passado. In CASTRO, I. E. et al (orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.145-183.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **O enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
ABREU, M.; VAZ, L. Sobre as origens da favela. **Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR**, 1991

BOGADO, D. **O Museu das Remoções da Vila Autódromo**. Potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos. Tese de Doutorado. Universidade de Sevilha, 2017.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

DOSSIÊ Megaeventos e Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Publicado pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < <https://br.boell.org/pt-br/2015/12/10/dossie-rio-olimpiadas-2016-os-jogos-da-exclusao> >. Acesso em: 23 de ago. de 2019.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e do cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural In ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

KNAUSS, P. **Cidade Vaidosa: Imagens urbanas do Rio de Janeiro**: Sete Letras. 1999.

LUCENA, F. História do Autódromo de Jacarepagua. In **Diário do Rio.com**, publicado em 27 de janeiro de 2016. Disponível em: < <https://diariodorio.com/histria-do-autdromo-de-jacarepagu/> >. Acessado em: 22 de ago. de 2019.

MAGALHÃES, A. **Transformações no “problema favela” e reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

MARICATO, E. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo in **Revista Ver a Cidade**, ano IV, n.4, março de 2009.

MÜNCH, M. **Direitos Humanos e a colonização do urbano: Vila Autódromo na disputa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

PHILLO, C. História, Geografia, e o "Mistério Ainda Maior da Geografia Histórica" In GREGORY, D. et al. (orgs.). **Geografia Humana-Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

RIO DE JANEIRO (Estado). Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: TCE RJ, 2016.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei Complementar nº 74, de 14 de janeiro de 2005. Modifica a legislação de trecho da subzona A-16-A do Capítulo III do Decreto nº 3.046 de 27 de abril de 1981.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei orgânica do Município do Rio de Janeiro**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza dos Espaços**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. S. dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República In ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

STAVRIDES, S. Olimpíadas de Atenas 2004: Um estado de exceção urbano que se transformou em regra In **Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

TANAKA, G. et al. Uma História de Luta e Resistência In TANAKA, G. et al. (orgs.) **Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra e Capital, 2018.

TEIXEIRA, S. M. de S. Escombros. In **Vocabulário em Movimento**, do Projeto Céu aberto / O futuro da memória, poéticas de memória e esquecimento na América do Sul, realizado pelo Goethe Institut Rio de Janeiro e Museu das Remoções, setembro de 2017.

VAINER, C. et al. A Permanência é Possível: A Elaboração do Plano Popular In TANAKA, G. et al. (orgs.). **Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra e Capital, 2018.